

# Das Amazôniaas

REVISTA DISCENTE DE HISTÓRIA DA UFAC

ISSN Eletrônico: 2674-5968

Arte: Mabku Bane | "Yube Inu Yube Sbanu – mito de surgimento da ayabwasca", 2021.



## A PRIMEIRA PRELAZIA DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS NAS “BARRANCAS” DO PALÁCIO GETÚLIO VARGAS EM 1917-1922 EM PORTO VELHO/RO

*Yasmim Prata Villar Marcelino<sup>1</sup>*

### RESUMO

No eixo turístico, religioso e histórico em Porto Velho/RO, destaca-se a Catedral Sagrado Coração de Jesus. Entretanto, pouco se tem o conhecimento que na localização do atual Palácio Getúlio Vargas e do Museu Estadual de Rondônia (MERO), ficava a Primeira Prelazia portovelhense. O objetivo geral deste trabalho é investigar a criação da primeira prelazia de Porto Velho-RO no período de 1917-1922. Os objetivos específicos são investigar o processo de urbanização entre a cidade de Porto Velho e o trecho ferroviário, compreender os motivos da construção da igreja onde fica atualmente o palácio Getúlio Vargas e, por fim, questionar o silenciamento da história da Primeira Prelazia para a população Portovelhense. Os métodos utilizados incluíram pesquisas bibliográficas e documentais. Também foram consultadas obras bibliográficas como: Padre Victor Hugo, “Os Desbravadores” Vol. I, II e III; Esron de Menezes, “Retalhos para a História de Rondônia”; e Antônio Cantanhede, “Acheias para a História de Porto Velho”, além de fontes iconográficas como mapas da cidade da época.

**PALAVRAS-CHAVE:** História de Rondônia. Porto Velho. Prelazia.

### THE FIRST PRELACY OF THE SACRED HEART OF JESUS IN THE “BARRANCAS” OF THE GETÚLIO VARGAS PALACE IN 1917-1922 IN PORTO VELHO/RO

### ABSTRACT

In the tourist, religious and historical axis in Porto Velho/RO, the Sacred Heart of Jesus Cathedral stands out. However, little is known about the fact that the location of the current Getúlio Vargas Palace and the Rondônia State Museum (MERO) were located in the First Prelature of Porto Velho. The general objective of this work is to investigate the creation of the first prelacy of Porto Velho-RO in the period of 1917-1922. The specific objectives are to investigate the urbanization process between

<sup>1</sup> Graduada em História Licenciatura pela Universidade Federal de Rondônia, Especialista em Docência para Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Rondônia, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Amazônia pela Universidade Federal de Rondônia. E-mail: [yasmimprata46@gmail.com](mailto:yasmimprata46@gmail.com).

the city of Porto Velho and the railway section, understand the reasons for the construction of the church where it is currently located and question the silence of the history of the First Prelacy for the population of Porto Velho. The methods used included bibliographic and documentary research. Bibliographical works such as: Father Victor Hugo, "Os Desbravadores" Vol. I, II and III; Esron de Menezes, "Retalhos para a História de Rondônia"; Antônio Cantanhede, "Acheegas para a História de Porto Velho", in addition to iconographic sources such as maps of the city at the time.

**KEYWORDS:** History of Rondônia. Porto Velho. Prelacy.

## 1. INTRODUÇÃO

Recentemente, percebeu-se um grande interesse em História Regional Turística por parte dos órgãos públicos e pela sociedade portovelhense<sup>2</sup>. Dessa forma, os conceitos de memória, identidade e consciência histórica estão presentes quando falamos de objetos imateriais de estudo, principalmente ao abordarmos a história de uma igreja católica na Amazônia, em Porto Velho-RO, que não possui historicidade em produções acadêmicas e nem na memória das pessoas no presente.

Figura 1 – Mapa de Porto Velho/RO atualmente



Fonte: Lima; Michalski, 2016.<sup>3</sup>

<sup>2</sup> Essa informação coincide com pesquisas realizadas em redes, como o Instagram oficial da Prefeitura de Porto Velho <[https://www.instagram.com/prefeitura\\_pvh/](https://www.instagram.com/prefeitura_pvh/)> e sites oficiais do Governo de Rondônia, como a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Trabalho (SEMDESTUR), e a Superintendência Estadual de Rondônia (SETUR). Os links podem ser encontrados nestes sites: <https://semdestur.portovelho.ro.gov.br/artigo/38868/estacao-turismo-2023-identidade-beradeira>, <https://rondonia.ro.gov.br/porto-velho-chega-aos-109-anos-com-acoes-de-valorizacao-da-sua-historia-pelo-governo-de-rondonia/>.

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/11574?lang=pt>>. Acesso em: 27 dez. 2023

História e memória são componentes essenciais da identidade social. Dessa forma, a memória reconstrói, também, uma história vista no tempo presente. A história se interliga com a memória, pois os agentes históricos compartilham ações e modificações do homem em sociedade (Neves, 2009). Portanto, a partir desses movimentos voluntários ou involuntários, não apenas a memória é criada, mas também a consciência histórica.

Segundo Lovisolo (1989), a memória histórica é definida pelas mudanças que ocorrem na sociedade e, apesar dessas mudanças, ela não se dissipa; ao contrário, permanece presente. Mas perguntamos: a memória de quem? A Memória, de forma geral, é usada e manipulada pelas grandes massas (Neves, 2009). Neste caso, não é correto afirmar que a comunidade religiosa portovelhense não tem interesse em pesquisar sobre a prelazia ou diocese<sup>4</sup>, mas sim por não ter a liberdade de investigar<sup>5</sup> e adquirir a consciência histórica do local por não ser identificada como patrimônio cultural. Ora, nem mesmo o Palácio Getúlio Vargas, atual Museu do Estado de Rondônia, é tombado pelo estado, mesmo tendo sido construído na década de 40<sup>6</sup> do século XX, tão pouco seria lembrada ou tombada a igreja construída na década de 20.

A consciência histórica está em consonância com as ações humanas que, por sua vez, implicam nas vivências presentes, construídas ou adquiridas. Dessa forma, essas expressões são separadas em duas partes: A identidade e a sociedade. Martins (2019) conceitua este termo utilizando o pensador Hans-Jürgen Pandel e suas 7 (sete) formas do ser humano adquirir essa consciência, sendo elas: 1-Consciência do tempo; 2-Sensibilidade da realidade ou ficção; 3-Consciência da historicidade; 4-Identidade; 5-Consciência política; 6-Consciência econômico-social; e, por fim, 7-Consciência moral. Resumidamente, a consciência de tempo é necessária para realizar-se o recorte de quando iniciou a construção, os motivos que a levou a ser construída, e o fim das ruínas da prelazia; a sensibilidade da realidade ou ficção, isto é, saber diferenciar a história se é real ou ficção, tendo em vista que essa história é pouco falada nos livros, pois a história oral se vai com quem já faleceu. Portanto, as provas que irão constar neste artigo são de formas documentadas<sup>7</sup>, ou seja, possuem historicidade<sup>8</sup>; a consciência da historicidade sobre a prelazia em si; a identidade da igreja católica próximo ao rio; a

<sup>4</sup> A diferença de significados para catedral, diocese e prelazia.

<sup>5</sup> Houve diversas limitações para buscas de fontes no museu da catedral

<sup>6</sup> Lembrando que o primeiro presidente do Brasil a pisar em solo Portovelhense foi Getúlio Vargas, e este fez com que Porto Velho virasse Território. O Palácio tem o nome em sua homenagem.

<sup>7</sup> Destacamos isso, pois houve impasses para a realização dessa pesquisa pelos órgãos públicos e por parte administrativa da Arquidiocese. Entretanto, não é impossível, a funcionária Bruna da biblioteca do Museu Estadual de Rondônia acompanhou a trajetória de pesquisas sobre essa igreja.

<sup>8</sup> Historicidade com h, pois história é o conceito da ação do ser humano no tempo. A estória é um conto sem comprovações como no caso de chapeuzinho vermelho, fadas, e entre outros seres fantásticos.

consciência política das mudanças de localidade da igreja; a narrativa do padre para ter sido construída onde ela foi; e, por fim, a consciência moral de questionar o apagamento.

Marc Bloch em seu livro “Ofício do Historiador” (2002, p. 15) ressalta que “o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça”. Entende-se dessa afirmação que a história é uma ciência, porém não uma ciência física, ou exata como matemática ou química, e sim uma ciência humana, recheada de interpretações, mas que são ressaltadas e abordadas por métodos.

O historiador, ao examinar fontes, sejam elas materiais ou imateriais, procura resquícios que podem ser contados à sociedade e à presença do homem naquele espaço. Ou seja, neste caso, permanecem os seguintes questionamentos sobre a igreja: Qual seria a função do Padre Raimundo de Oliveira? O que acontecia com as relações sociais em Porto Velho (AM)<sup>9</sup>? Por que os jornais da época não mencionavam a igreja? E por qual motivo a própria catedral esconde a antiga localização? Destaca-se aqui que o termo “esconder” se refere ao quesito de que nem no próprio site, no tópico “História da Arquidiocese”, é abordado. Não apenas isso, em sites, é falado somente pelo geógrafo Abnael no site da Academia de Letras de Rondônia e Gente de Opinião pela memória dos memorialistas e historiadores da região.

A contextualização dessa história parte da vila de Porto Velho, que fazia parte do distrito de Humaitá, Amazonas. Lembrando que, antes de ser o atual município de Porto Velho, a construção da cidade não surgiu ‘do nada’. Tendo em vista que na região já havia povoações não só indígenas, mas também populações ribeirinhas, bolivianos e figuras migrantes e imigrantes para a construção da estrada de ferro Madeira Mamoré. A partir de 1914 foi fundado o município de Porto Velho, sendo ela independente do município do Amazonas. No entanto, Porto Velho desmembrou-se da comarca de Humaitá, mas não do Amazonas.

Destaca-se que o município passou por mudanças como: comarca de Humaitá, Amazonas, para Território Federal do Guaporé, Território Federal de Rondônia e, por fim, no atual estado de Rondônia. As mudanças nos conceitos de território e estado, geograficamente, são abordadas a partir de situações políticas e benéficas para as massas. No caso deste presente texto, o recorte temporal ocorre no período de 1917-1922, na qual se faz presente o antigo Amazonas.

Dessa forma, a Prelazia Sagrado Coração de Jesus, que atualmente é diocese, era localizada no alto do morro em Porto Velho-AM onde atualmente é o Palácio do Governo e o Museu Estadual do

---

<sup>9</sup> Chamamos de Porto Velho (AM), pois na época a cidade pertencia ao Amazonas.

Estado de Rondônia (MERO). Sendo um passado histórico necessário de ser resgatado e incorporado à história regional de Rondônia.

## 2. UMA PARTE DA SOCIEDADE DO INFERNO VERDE<sup>10</sup> PORTOVELHENSE

Neste trabalho, o recorte espacial é Porto Velho, atualmente capital do estado de Rondônia, essa configuração, porém, não era a mesma em tempos passados. Nessa região havia dois povoados importantes para a construção da sociedade Portovelhense, o primeiro era Santo Antônio do Madeira, que fazia parte do Mato Grosso, e o segundo era Porto Velho, que fazia parte do Amazonas, com a comarca de Humaitá.

Então, ao refletir sobre Porto Velho ou Santo Antônio do Madeira, naturalmente pensamos na Ferrovia Madeira Mamoré, cuidada e administrada por imigrantes americanos e utilizada para o transporte de borracha. O escoamento pertence ao primeiro ciclo, quando a sociedade portovelhense começou a surgir no início do século XX.

“De certo modo, podemos reputar a Santo Antônio como o local que deu origem a Porto Velho” (FONSECA, 2020, p.12). A cidade nasceu após um aglomerado urbano tanto nacional como internacional. Os trabalhadores iam para a Estrada de Ferro Madeira Mamoré para adquirir condições de vida melhores, entretanto, muitos morreram ao realizar a construção<sup>11</sup> (Fonseca, 2020).

A partir de 1915, Porto Velho dispôs de seus próprios representantes municipais, na qual eram chamados de superintendentes (PAIVA, 2020). Destacamos aqui sobre a temporalidade da gestão dos superintendentes nos anos de 1915 a 1922. O primeiro superintendente (prefeito) foi o Major Fernando Guapindaia de Souza Brejense (1915-1916); o segundo, Joaquim Augusto Tanajura (1917-1920); e, por fim, Dr. Raimundo Oliveira (1920-1922). Este último, tudo tem a ver com a criação da prelazia, então será destacado sua gestão na cidade e a contribuição para a religião católica.

O Major Guapindaia foi nomeado pelo governador do Amazonas por Dr. Jonas Pedrosa<sup>12</sup>, e uma de suas ações marcantes foi a cobrança de impostos para a Estrada de Ferro Madeira Mamoré. Guapindaia não concordava com os privilégios que a administração da ferrovia obtinha, inclusive, sobre a apropriação dos limites e espaços estabelecidos por Hermes da Fonseca<sup>13</sup>. Além disso, estes

<sup>10</sup> Apenas uma parte da sociedade de porto velho era mostrada, a outra era “os não civilizados”. Dessa forma, por muito tempo a Amazônia foi chamada de inferno verde por naturalistas, escritores e positivistas pelo motivo de que era impossível haver civilização.

<sup>11</sup> Por isso, a estrada também é conhecida como “Ferrovia do diabo” ou “Inferno Verde”.

<sup>12</sup> Este, elevou Porto Velho para Município pela lei nº 757 de 2 de outubro de 2014.

<sup>13</sup> Presidente do Brasil na época.

faziam desmatamentos e recolhimentos de madeiras sem pagar impostos. A justificativa por parte da ferrovia era por motivos “plausíveis”, como no caso, para o funcionamento dos trens. Essas madeiras foram retiradas do lado B da Avenida Divisória, chamado Alto da Favela, também conhecido como Alto do Morro (Menezes, 1980).

Diante deste cenário de disputas, de certa forma, a administração da Estrada de Ferro Madeira Mamoré controlava a cidade de Porto Velho (Cantanhede, 1950). Como resposta para o superintendente, a Companhia Administrativa restringiu a “ida e vinda”<sup>14</sup> dos moradores para a área da ferrovia na qual fora denominada de “Avenida Divisória”, o “lado A” era dos norte-americanos e o “lado B” era dos brasileiros. (Menezes, 1980). Essa proibição fez com que se expandisse a cidade “de costas” para o rio; a população brasileira que ali residia, “consistia em aventureiros, migrantes, comerciantes, seringueiros, operários despedidos da ferrovia” (Paiva, 2020, p. 154). Apesar dos trabalhadores brasileiros não possuírem mais casas dentro da ferrovia, preferiam morar fora do pátio ferroviário, ou seja, no lado B da cidade na qual desfrutava de certo tipo de “liberdade<sup>15</sup>” (Paiva, 2020).

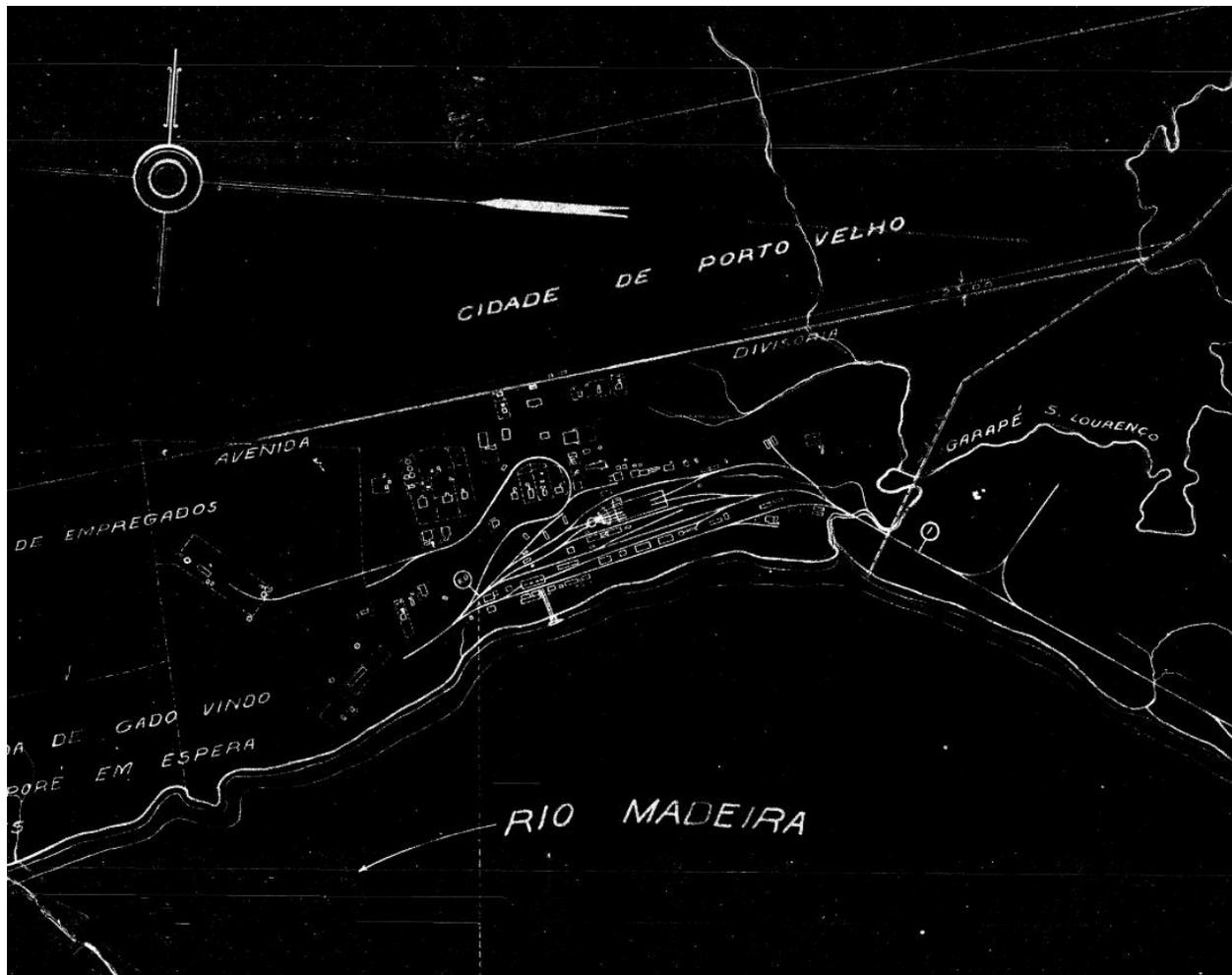
É importante ressaltar que, antes de ser implantada a cerca conhecida como linha divisória ou avenida divisória, era a companhia que fiscalizava quem entrava ou saía de seus estabelecimentos (Fonseca, 1998). Dessa forma, a companhia tentou dificultar a ida e vinda dos trabalhadores da ferrovia. No entanto, por se tratar de uma empresa capitalista, a mão de obra barata era extremamente explorada pelos ricos, tanto que a estrada de ferro Madeira Mamoré, de certo modo, objetivava a ampliação do imperialismo norte-americano. Por fim, entende-se que a Avenida Divisória foi uma demarcação de território controlada principalmente pela massa que as ocupa<sup>16</sup> diante das disputas já mencionadas.

**Figura 2** - Mapa da Estrada de Ferro Madeira Mamoré e a avenida divisória em 1917.

<sup>14</sup> Segundo os autores Eron de Menezes (1980) e Antônio Cantanhede (1950), havia literalmente uma cerca na linha divisória.

<sup>15</sup> Como, por exemplo, a liberdade de consumir álcool.

<sup>16</sup> Muros são suportes de separação de classes, como no muro de Berlim, muro entre Estados Unidos e México e entre outros. Em Porto Velho, nessa época, havia bares, cafés e casas de diversão próximos à avenida divisória.



Fonte: CDHR - Museu da Memória Rondoniense, 2023.

O segundo superintendente, Joaquim Tanajura, morou em Santo Antônio; foi médico e criador dos jornais O Município e Alto Madeira. Segundo Paiva (2020), os anos de 1907 e 1912 foram marcados em Porto Velho pela presença de imigrantes, mas apesar disso, a população brasileira em solo portovelhense cresceu mais do que as populações de imigrantes e, em 1917, a população brasileira duplicou. A concentração de brasileiros no local era dividida entre os estados do Amazonas - sendo o maior em população -, Ceará, Rio Grande do Norte e Pará. Em resumo, houve grande presença nortista e nordestina.

Joaquim, que também era médico e membro da comissão Rondon, desistiu por motivos pessoais de seu antigo posto e decidiu cuidar dos doentes locais no povoado Santo Antônio nos anos de 1912 e 1919, e só então se tornou superintendente de Porto Velho. Tanajura tentou fazer de tudo para amenizar as situações relacionadas à superintendência anterior, mas ainda assim, a população tinha

receios da administração norte-americana. Ele queria que Porto Velho fosse apenas do município, e não da companhia. Percival Farquhar, empresário e responsável pela construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, tinha poder na economia brasileira, principalmente em estradas de ferro, e isso facilitou a dominação destes espaços (Vital, 2011).

O terceiro superintendente foi o Dr. Padre Oliveira, que era vigário na igreja de Humaitá e tinha formação em teologia. Foi eleito por voto popular e era do Partido Republicano Conservador (Sousa, 2022). Raimundo administrava a igreja de Humaitá e tinha a capacidade natural de fazer política, pois “apoiava e lançava a ideia de construção de capela pelo Beiradão afora” (Hugo, 1959, p.247). Durante sua vida na religião, o templo que Raimundo mais se preocupou foi o de Porto Velho. Em 10 de outubro de 1917, faleceu o comendador José Francisco Monteiro, o fundador de Humaitá, e então Oliveira pediu licença ao Bispo para ser superintendente de Porto Velho nos anos de 1920-1922. Diferentemente do Major Guapindaia, ele flertava de certo modo com a Estrada de Ferro Madeira Mamoré, ao ponto de ser chamado de “Candidato da conciliação”. Com o novo cargo, decidiu criar a capela de Porto Velho, também abriu um curso gratuito e público de catecismo e civilidade, e queria realizar a construção de um orfanato. Apesar dos seus esforços, sua popularidade caiu, fazendo com que Porto Velho ficasse nas mãos do antigo superintendente, Joaquim Tanajura (Sousa, 2022).

Diante do exposto, tais superintendentes intervieram em diferentes estágios da história da prelazia. O Major Guapindaia influenciou nas questões sociais, especialmente devido à demarcação da linha divisória que resultou na localização da igreja no lado esquerdo, associado aos brasileiros. Joaquim Tanajura, durante seu mandato, atendeu à crescente necessidade da sociedade brasileira por um templo religioso, dada a distância até a capela mais próxima em Santo Antônio. Ele também lançou a pedra fundamental para a construção da primeira prelazia. E, por fim, Raimundo de Oliveira supervisionou diretamente a construção da igreja durante sua gestão como superintendente.

### **3. A PRELAZIA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS NO ALTO DO MORRO**

No início do século XX, no espaço urbano de Santo Antônio, havia uma única capela para os fiéis católicos, a qual foi denominada de capela Santo Antônio<sup>17</sup>. Em Porto Velho não havia uma capela, prelazia, igreja, catedral ou arquidiocese, dessa forma, os fiéis católicos saíam de Porto Velho para Santo Antônio, percorrendo aproximadamente 380 km. Assim, o primeiro movimento social

---

<sup>17</sup> Hoje tombada pelo Estado pelo decreto nº 3125, de 03/12/1986. Este tombamento está disponível no site: <https://www.ipatrimonio.org/porto-velho-capela-de-santo-antonio-de-padua/#!/map=38329&loc=-8.808139721011042,-63.9445023300237,17>. Acesso em: 18 dez. 2023.

religioso católico foi em 04 de janeiro de 1914. Os Portovelhenses foram para Santo Antônio para a festa de São Sebastião pois, como já dito, não havia na cidade igreja ou prelazia para eles<sup>18</sup>.

É importante destacar que no início do século XX, houve um bispo chamado Dom Frederico Benício de Souza Costa, que fez parte do Sólido Episcopal de Manaus. Dom Frederico assumiu a Diocese de Manaus em 1907 e foi considerado o bispo mais jovem do mundo. Este tinha uma característica especial: nasceu na Região Norte, fazendo com que suas visitas e explorações pastorais na região fossem constantes, diferentemente de outros bispos que já passaram pelo seu cargo. Ele também era famoso não só por suas visitas, mas pelos seus relatos de viagem juntamente com a realidade da população, e isso não agradava à elite, tampouco à maçonaria, por isso sofreu diversas perseguições políticas e religiosas.

Nessas viagens, percebeu presenças “heréticas”, impulsionando sua vontade de criar prelazias e “exigir total conversão ao cristianismo” (Soares, 2008, p. 148), o Bispo também se ausentava constantemente do bispado e, em 1910, publicaram uma nota caluniosa no Jornal de Manaus alegando que este adquiriu matrimônio. O Padre Victor Hugo pesquisou sobre essas informações, mas não houveram comprovações. Em 1912, o Bispo Frederico adoeceu próximo ao dia da Festa do Sagrado Coração de Jesus, e como estava muito doente, os fiéis acreditavam que não aconteceria a missa, mas quando foi o dia, o bispo pediu para arrumarem tudo e realizou a missa assim mesmo, pois era devoto.

Em 1916, um novo bispo chegou em Manaus, chamado Dom João Irineu Joffily<sup>19</sup>. No dia 24 de abril de 1917, foi à Porto Velho acompanhado pelo Frei Domingos. O clérigo se hospedou com a Família Bógea de Sá, os quais faziam parte dos funcionários da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. Por conta da Lei Municipal n.º 98 de 03 de julho, teve que pagar impostos em Porto Velho - lembrando que neste período de 1917, estava no comando o primeiro superintendente, Major Guapindaia, e aconteciam os impasses entre Porto Velho do lado A e B.

Em 03 de maio, o bispo de Manaus benzeu a primeira pedra da futura Igreja Matriz de Porto Velho<sup>20</sup>, onde também estava presente Raimundo de Oliveira. Além destes dois, incluindo o Frei, apareceu mais um bispo chamado Dom Frei Ramon acompanhado de um franciscano chamado Frei José. Era a primeira vez que vários bispos estavam no mesmo lugar há muito tempo, com isso foi construído um pequeno local que depois foi chamado de “Casa dos Bispos”<sup>21</sup>. Mas apesar do terreno

<sup>18</sup> Essa informação foi tirada do 1º livro do tomo do Arquivo Paroquial de Humaitá, no Livro do Padre Victor Hugo.

<sup>19</sup> Este foi o terceiro bispo do Amazonas.

<sup>20</sup> O terreno foi doado por Manaus pela lei nº 20, de 24 de julho de 1916.

<sup>21</sup> Hoje é a FAPERO.

ter sido doado, havia dificuldades para a construção da igreja, tendo em vista que a sede paroquial não iria garantir o sustento (Hugo, 1953).

Após muito tempo tentando arrecadar dinheiro para a construção da prelazia, em 1920, o padre Raimundo Oliveira virou superintendente, estabelecendo conexões entre a religião católica, a Estrada de Ferro Madeira Mamoré e a cidade de Porto Velho do lado brasileiro. Raimundo colocou a primeira estaca no terreno onde, a princípio, ia ser construída a igreja. Porém, na mesma semana, verificou-se que o terreno não era apropriado, pelo fato do espaço estar na parte alta da cidade e distante da zona habitada.

O sr Padre Oliveira, entretanto, influenciado por opiniões contrárias ao que havia ficado assentado, quando do lançamento da pedra fundamental da igreja, mandou erigir o templo no alto da Avenida Divisória, exatamente onde se está construído o Palácio do Governo (Cantanhede, 1950, p. 190).

Destarte, em 21 de agosto foi colocada outra pedra fundamental cedido para o patrimônio da paróquia pelo conselho municipal<sup>22</sup>, “O terreno, na Praça Madeira Mamoré, já estava devidamente demarcado pelo engenheiro municipal, Cincinato Corrêia de Rodrigues quando saiu à portaria 172 (21/IX/1921)” (Hugo, 1953, p. 250). Na mesma semana do lançamento da segunda pedra, começaram-se os trabalhos da construção, então, entende-se, que a igreja começou a ser construída no ano de 1921. Hugo (1953) ressalta que as paredes tinham 13.000 m<sup>3</sup>. Segundo MERO (2002), a prelazia foi construída em 07 de setembro de 1922.

No começo de 1922, o padre pediu ao gerente da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, W.J. Know Little, Guaporé Rubber, e o Cel. Paulo Saldanha um sino de presente para a igreja em construção, mas apesar de seus esforços, que inclusive constam no Jornal Alto Madeira<sup>23</sup>, o padre, sem apoio da diocese, teve que arcar com as dívidas e toda a logística, como: funcionários, pedreiros, entre outros. Lembrando também que, nesta época, Henry Alexander Wickham já tinha roubado<sup>24</sup> as sementes de borracha para a Ásia, dificultando a situação econômica do Norte.

Em 1923, Porto Velho não estava sob a governança do Padre Raimundo de Oliveira, “Foi então que um enorme vendaval prejudicou grandissimamente a igreja de Porto Velho, cujas obras de construção estavam paradas, [...] dado no fim do mesmo ano de 1923 ou no primeiro semestre de 1924” (Hugo, 1950, p. 526). O padre ainda tentou reconstruir a igreja, mas sem sucesso. Nessa época, Raimundo não tinha tanta popularidade e o outro candidato, Joaquim Tanajura, era do partido oposto.

<sup>22</sup> Segundo o Padre Victor Hugo, está embasado pela Lei 128, 29 de julho de 1921, no Arquivo Municipal de Porto Velho.

<sup>23</sup> Manchetes escritas “Nossa futura igreja”.

<sup>24</sup> Tendo em vista todo o trabalho feito para levar para a Ásia, consideramos como roubo que movimentava a economia do Norte.

No governo de seu opositor, o Bispo Joffily deu continuidade à Catedral Sagrado Coração de Jesus (Hugo, 1950).

#### 4. INTERPRETAÇÕES DAS FONTES

Começaremos pela data da destruição da igreja, que é um enigma, sabe-se apenas a data da construção, que se deu em 1921 e sua conclusão em 1922.

É importante destacar que:

Há duas versões sobre o desabamento das obras da primeira igreja. Afirmam uns que se deu a 25 de outubro de 1917, seis meses depois de iniciada a construção: outros que ocorreu a 18 de setembro de 1922, quando passou por esta cidade um violento tufão, cujo maiores efeitos foram sentidos no alto da favela (Cantanhede, 1950, p. 192).

O fato é que a igreja de Porto Velho foi destruída após sua conclusão no ano de 1922, e tendo em vista que sua construção foi em 1921, corresponde ao período em que Raimundo era superintendente. Além disso, há o registro<sup>25</sup> do escritor Mário de Andrade com a legenda “Ruínas da Igreja” de 1924.

Figura 4 – Registro fotográfico de Mário de Andrade.

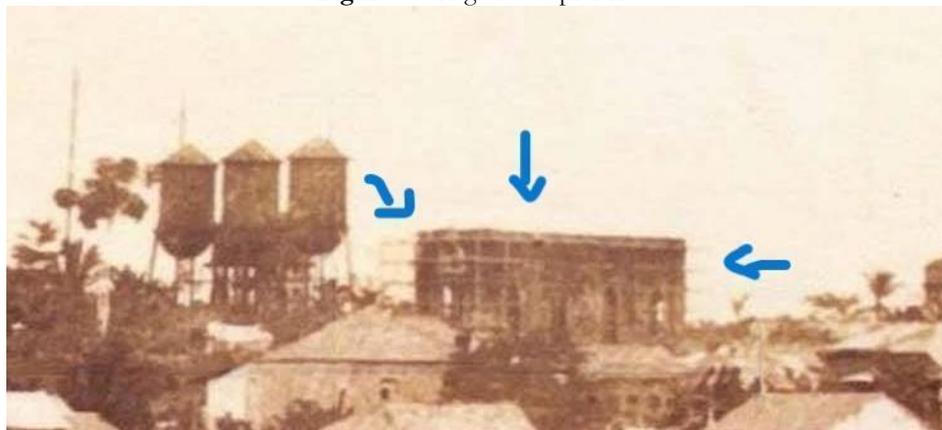


Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 2015<sup>26</sup>

<sup>25</sup> Registro não só da imagem destacada, mas também da obra “O Turista aprendiz”.

<sup>26</sup> Além do fato de que a foto é um registro histórico único, o prédio rosa exposto na foto é o Edifício Monte Líbano, pelo libanês Jorge Bichara de 1915 a 1917. Essa foto foi colorizada por Luís Claro. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/O\\_turista\\_aprendiz.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/O_turista_aprendiz.pdf). Acesso em: 27 de dez. 2023.

Figura 5 – Registro da prelazia.



Fonte: Acervo Luís Claro.

Sobre as “opiniões contrárias”, Lima (1990)<sup>27</sup> conta que:

Mesmo o lançamento da Pedra Fundamental tendo sido feito naquele local, Pe. Raymundo Oliveira influenciado por opiniões contrárias mandou que a igreja fosse erguida em outro local, onde hoje é situado o Palácio do Governo, na Av. presidente Dutra que na época chamava-se “Av. Divisória” (Lima, 1990, p. 04).

É importante ressaltar que, antes das explicações a seguir, outros<sup>28</sup> que procuraram a história da Igreja também relataram o mesmo: “Influenciado por opiniões contrárias”, e é a partir dessas afirmações que investigamos sobre as influências da localização da primeira prelazia.

A partir disso, as opiniões contrárias seriam nada menos que a questão da intriga entre a Estrada de Ferro Madeira Mamoré do lado A e a população brasileira do lado B. Tendo em vista o fato do padre Raimundo de Oliveira ter sido superintendente até os anos de 1922, ter mudado a pedra fundamental e a construção da igreja simplesmente pelo fato de que estava “afastada” da população, não cabe mais nas justificativas. Isso pelo motivo de que, segundo o Padre Victor Hugo (1953), o terreno da prelazia onde posteriormente seria a catedral Sagrado Coração de Jesus estava na posse da administração da Estrada de Ferro Madeira Mamoré para a construção do “Noroeste Sport Club de Porto Velho”. Evidentemente, com este fato, houve uma aliança, já que o espaço que iria ser construído fosse ao lado B da linha divisória.

Além disso, Rudolph O. Kesselring, Gerente da Madeira Mamoré, já havia presenteado a igreja que Raimundo administrava em Humaitá com “vinte barricas de cimento e quinhentos mil réis em

<sup>27</sup> Este livreto conta a história da diocese, e das igrejas católicas de Porto Velho com o intuito de fornecer informações para os fiéis.

<sup>28</sup> Outras pessoas, como o turista Ivo Feitosa Filho em suas descrições sobre a catedral Sagrado Coração de Jesus, e o historiador e geógrafo Abnael Machado de Lima no site da Academia de Letras de Rondônia, que pode ser disponibilizado por este. Link: <https://www.acler.com.br/artigos/214/3>.

dinheiro” (D’Aversa 1975, p. 24). Então, desde 1915, quando Raimundo era vigário da igreja de Humaitá, já havia conexões com a Estrada de Ferro Madeira Mamoré. Quando Raimundo virou superintendente de Porto Velho, recebeu “presentes” tanto da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, quanto do estado do Amazonas, os quais, posteriormente, segundo Hugo, ficaram na posse da administração de Porto Velho.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo foi conduzido com o propósito de investigar a história da primeira prelazia de Porto Velho, localizada no Palácio Getúlio Vargas. Os capítulos foram intitulados como “Uma parte da sociedade do inferno verde portovelhense” e “A Prelazia Sagrado Coração de Jesus no Alto do Morro”. O capítulo sobre o “inferno verde” trata das relações sociais e políticas da região. O nome intitulado foi abordado pelo imaginário social, que se refere a Amazônia de inferno verde por naturalistas, escritores e positivistas devido a região ser afastada das grandes metrópoles da época e desconhecida. Ao chegarem em Porto Velho ou Santo Antônio, a grande maioria da população que migrava e emigrava morria de doenças ou ataques de animais. Já o segundo aborda os processos da igreja, desde que era uma ideia até sua demolição. Diante disso, o objetivo geral desta pesquisa foi alcançado, apesar das dificuldades encontradas durante a pesquisa devido à escassez de materiais acessíveis.

Já em relação aos objetivos específicos, foram investigados os processos de urbanização da cidade em relação aos lados A e B de Porto Velho, envolvendo migrantes e imigrantes, trabalhadores braçais e não braçais, além do conflito entre a gerência da Estrada de Ferro Madeira Mamoré e a superintendência. Ademais, foi possível compreender a localização da prelazia no lado esquerdo (brasileiro) da linha divisória, tendo em vista que a maioria da população brasileira na época praticava a religião católica. A questão do silenciamento dessa história também foi explorada.

É crucial destacar o silenciamento em torno dessa história. Ao revisitar a história de Porto Velho, contam-se apenas os aspectos considerados “bonitos” ou “belos”, como as histórias dos destemidos pioneiros, a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré ou até mesmo a grandiosidade da catedral. No entanto, pouco se menciona sobre outras construções ou outras camadas da sociedade, pois para chegar a essa pesquisa, foi necessário problematizar a partir da imagem e obra de Mário de Andrade “O Turista Aprendiz”.

Os registros materiais relacionados à prelazia são escassos, muitos deles encontrados apenas em obras raras ou no museu da catedral, que não é aberto ao público em geral. Poucos têm

conhecimento da existência desse museu e de sua importância na preservação da história, incluindo a história da prelazia anterior à construção da catedral. Assim, é essencial dar voz a essas narrativas silenciadas e ampliar o acesso ao conhecimento sobre a diversidade histórica e cultural de Porto Velho.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcia Bezerra de. O público e o patrimônio arqueológico: reflexões para a arqueologia pública no Brasil. **Habitus**, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 275-295, 2003. Disponível em: <https://encurtador.com.br/dtMNU>. Acesso em: 17 dez. 2023.

ANDRADE, Mário de. O turista aprendiz. Edição crítica e comentada por Telê Ancona Lopez e Tatiana Longo Figueiredo. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 2015. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/O\\_turista\\_aprendiz.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/O_turista_aprendiz.pdf). Acesso em: 10 mar. 2025.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

CANTANHEDE, Antônio. **Achegas para a História de Porto Velho**. Manaus, 1950.

CDHR - Museu da Memória Rondoniense, 2023.

D'AVERSA, Miguel. **Histórico da Catedral de Humaitá**, 1975.

FONSECA, Dante Ribeiro. A Madeira-Mamoré e o imperialismo na Amazônia. **Clio - Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, 1998.

FONSECA, Dante Ribeiro. Santo Antônio Do Rio Madeira: As Ambiguidades de uma povoação Amazonense do Mato Grosso e a Madeira-Mamoré. **Canoa Do Tempo**, v. 12, n. 2, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.38047/rct.v12.n02.2020.d2.p.11.38>. Acesso em: 21 dez. 2023.

HUGO, Vitor. **Desbravadores**. v. 1. Amazonas: Missão Salesiana de Humaitá, 1959.

HUGO, Vitor. **Desbravadores**. v. 2. Amazonas: Missão Salesiana de Humaitá, 1959.

LIMA, Luís Augusto Pereira; MICHALSKI, Amanda. Porto Velho, expressões de uma cidade centenária. **Confins** [online], 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/11574?lang=pt#text>. Acesso em: 27 dez. 2023.

LIMA, Martha. **Mobilização Arquidiocesana de Catequese**. Informação: Eco da Palavra. 1990.

LOVISOLO, Hugo. A memória e a formação dos homens. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 16-28, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2274>. Acesso em: 18 dez. 2023.

MARTINS, E. de R. “Consciência Histórica”. In: FERREIRA, M de M. & OLIVEIRA, M. M. D. de. (orgs). **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV, 2019, p. 55-58.

MENEZES, Esron Penha de. **Retalhos para a História de Rondônia**. Volume I e II. Porto Velho, 1980.

MERO - Museu Estadual de Rondônia. **Catedral Sagrado Coração de Jesus**, 2002.

NEVES, Lucília de Almeida. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. **História Oral**, n.3, 2009. Disponível em: <https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/25/19>. Acesso em: 10 mar. 2025.

PAIVA, Ana Carolina Monteiro. **Trabalho e cotidiano na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1907-1919)**. (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

SOARES, Elisângela Socorro Maciel. **Igreja de Manaus, porção da igreja universal, porção da igreja universal: a Diocese de Manaus vivenciando a romanização (1892-1926)**. Manaus: ICHL/UFAM, 2008.

SOUSA, Valdete. A Arte Cênica de Rondônia. In: SOUSA, Valdete (org.) **Memória: Relatos do teatro de Rondônia**. Porto Velho: EDUFRO, 2022.

VITAL, André Vasques. Comissão Rondon, doenças e política: "Região do Madeira: Santo Antônio", de Joaquim Augusto Tanajura-uma outra visão do Alto Madeira em 1911. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 18, p. 545-558, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/njTCZ9LdrbQ53zb6Ls6PjJR/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

*Data de submissão: 10/01/2024*

*Data de aprovação: 25/03/2024*